

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0319 – 04/09 à 08/09/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados estatísticos do TST
-

Destaque da Semana

[Convocação para os empregadores participarem do Período de Testes em Produção Limitada](#)

e-Social - 06/09/2023

Convocamos os empregadores a participarem do Período de Testes (Produção Limitada) do FGTS Digital. Os empregadores do grupo 1 do eSocial (faturamento anual superior a 78 milhões de reais no ano de 2016) podem utilizar o FGTS Digital desde o 19/08/2023.

Já é possível gerar guias rápidas e parametrizadas (personalizadas). O pagamento da indenização compensatória (multa de 40%) pode ser simulado por meio da funcionalidade “Histórico de Remuneração para Fins Rescisórios”. Além do mais, foi disponibilizada a ferramenta de “Consultas do Empregador”, que fornece ao usuário uma visão gerencial dos pagamentos realizados e das pendências ou irregularidades existentes.

É fundamental que os usuários do sistema testem as funcionalidades e ferramentas já disponibilizadas, em especial: a geração de guias e a simulação de pagamentos. As informações de vínculo e de remuneração que forem prestadas no ambiente do eSocial irão refletir no FGTS Digital. Para concluir o teste de recolhimento do FGTS, é preciso gerar guias e simular o pagamento. Com isso, o empregador conseguirá entender alguns procedimentos necessários para cumprir com sua obrigação de recolhimento do FGTS.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministro Alexandre de Moraes é eleito presidente da 1ª Turma](#)

Supremo Tribunal Federal - 05/09/2023

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) escolheu, por unanimidade, o ministro Alexandre de Moraes como seu novo presidente. Ele substituirá o ministro Luís Roberto Barroso, que deixará a função para assumir a Presidência da Corte em 28 de setembro. A eleição foi realizada na sessão desta terça-feira (5).

[STF mantém decisão do TST sobre adicionais a carteiros motociclistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 04/09/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que autoriza carteiros que utilizam motocicleta em serviço a receberem tanto o adicional de atividades externas quanto o adicional de periculosidade específico de motociclistas. Na sessão virtual encerrada em 1º/9, o Plenário, por unanimidade, negou pedido de Suspensão de Liminar (SL 1574) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

[Auxiliar de produção não consegue anular sentença com base em denúncia contra perito](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/09/2023

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou a pretensão de um auxiliar de produção de uma montadora de automóveis de anular sentença baseada num laudo realizado por perito denunciado por participar de esquema de pagamento de propina e fraude. O colegiado não constatou que a situação tenha dificultado ou impedido a defesa do trabalhador ou afastado o julgador da verdade.

[Ministro do TST discute relações trabalhistas na sociobioeconomia na Câmara dos Deputados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2023

O ministro Alberto Balazeiro, do Tribunal Superior do Trabalho, participou, nesta segunda-feira (4), de audiência pública sobre “As relações trabalhistas relacionadas à sociobioeconomia”, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. A sociobioeconomia é o modelo de geração de riqueza que prioriza a preservação dos recursos naturais e leva em consideração a dignidade humana das populações envolvidas.

[TST lança portal de pesquisa judiciária e ciência de dados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2023

O Tribunal Superior do Trabalho lançou, na última quinta-feira (31), o portal da Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho (SEPJD). A entrega à população e à Justiça do Trabalho de um local com dados e informações qualificadas faz parte do compromisso do TST com a transparência e com a tomada de decisões baseada em evidências.

[Com duas ações coletivas idênticas, gerente receberá conforme última decisão definitiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2023

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Toledo e Região (PR) para que prevaleça, em relação a uma gerente de relacionamento, a última decisão definitiva (transitada em julgado) de duas ações coletivas idênticas movidas contra a Caixa Econômica Federal. A decisão leva em conta que, havendo conflito entre coisas julgadas, deve prevalecer a última que se formou, desde que não tenha sido desconstituída por ação rescisória.

[Justiça do Trabalho cria política de enfrentamento a violência, assédio e discriminação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/09/2023

A Justiça do Trabalho em todo o Brasil passa a contar com uma política específica

para coibir condutas que configurem violência, assédio e discriminação no ambiente de trabalho. A Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) foi instituída por meio do Ato Conjunto TST.CSJT.GP 52/2023. Para o primeiro e segundo graus (varas e tribunais regionais do trabalho), está prevista na Resolução CSJT 360/2023.

Notícias do Executivo

[Operação Resgate III retira mais de 500 trabalhadores de condição análoga à escravidão](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/09/2023

Durante agosto de 2023, a Operação Resgate III retirou 532 trabalhadores de condições de trabalho escravo contemporâneo. Ao todo, mais de 70 equipes de fiscalização participaram de 222 inspeções em 22 estados e no Distrito Federal. Essa é a maior ação conjunta de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas no Brasil e é resultado do esforço de seis instituições: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

[Luiz Marinho participa de lançamento de programas de qualificação e aperfeiçoamento profissional no RS](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/09/2023

Durante evento de lançamento do Programa Escola do Trabalhador e do Qualifica Brasil no Rio Grande do Sul na tarde desta segunda-feira (4) em companhia do governador do Estado, Eduardo Leite, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou a importância do investimento público na profissionalização de trabalhadores. “Passamos pelo desmonte de muitas políticas públicas, entre elas as de qualificação e capacitação. Estamos reconstruindo a estrutura e a credibilidade dessa rede da qualificação e isso só é possível com a participação dos estados e municípios”, ressaltou.

[Conferência aborda saúde mental e trabalho](#)

Fundacentro - 06/09/2023

A Conferência Livre Nacional de Saúde Mental e Trabalho (CLNSMT), etapa preparatória da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), ocorre em 28 de setembro das 8h30 às 18h, na Fundacentro, em São Paulo/SP, em formato híbrido. Para quem for participar no formato on-line, o evento inicia-se 9h. Para o presencial, é necessário chegar às 8h30 para fazer o credenciamento. Em breve, será disponibilizado o formulário de inscrições. O tema do encontro será: Por que enlouquecemos no trabalho? A saúde mental da classe trabalhadora importa! Ainda serão observados os subtemas: O trabalho como promotor de saúde mental; O trabalho não é local para enlouquecer; Trabalhar sim, enlouquecer não!.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-PE recomenda mudança na cultura organizacional para evitar o assédio moral](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/09/2023

Comunicação não violenta, escuta ativa e construção de círculos de construção de paz são algumas das recomendações da procuradora do Trabalho Débora Tito, que defende que o assédio moral deve ser combatido a partir da mudança da cultura organizacional. A mensagem foi repassada durante palestra “Lei 14.457/2022 e suas implicações para o enfrentamento ao Assédio Moral Laboral”, ministrada na Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho e Meio Ambiente (SIPATMA) da Companhia Pernambucana de Gás (Corpegás), no último dia 30.

[Ementário reúne teses defendidas pelo PGR perante o STF nos últimos quatro anos](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/09/2023

As pessoas com deficiência são titulares de direitos previstos em textos constitucionais e convencionais que hão de ser exercidos de maneira plena, sem discriminação. É inválida norma de acordo coletivo que retém percentual de taxa de serviço (gorjeta), que compõe a remuneração do empregado, em flagrante ofensa ao princípio da irredutibilidade salarial e da proteção social do trabalho. A concessão de licença maternidade há de se pautar pela ampla proteção conferida pela Constituição Federal à Família e ao melhor interesse da criança. As afirmações acima são teses defendidas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, em processos que chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) nos últimos quatro anos. Em comum, elas constam do Ementário Jurídico do Gabinete do Procurador-Geral da República apresentado nesta terça-feira (5) durante a sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF).

[Feira de emprego oferece vagas para pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/09/2023

No dia 19 de setembro, das 9h às 16h, o Circuito Dia D - Feirão de Empregos da pessoa com deficiência e reabilitados pelo INSS vai movimentar as instalações do Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAD), localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 1997, no Centro do Rio de Janeiro.

[MPT defende na Câmara trabalho seguro para o desenvolvimento socioambiental](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/09/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) defendeu a promoção do trabalho seguro e saudável para o desenvolvimento socioambiental em audiência pública realizada nesta segunda-feira (4), na Câmara dos Deputados. O debate ocorreu na Comissão de Trabalho da Casa e abordou as relações trabalhistas relacionadas à sociobioeconomia, um modelo de geração de riqueza que prioriza a preservação dos recursos naturais e leve em consideração a dignidade humana das populações envolvidas.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT participa de reunião de revisão do novo regimento do FNPETI](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 06/09/2023

A diretora do SINAIT Virna Soraya Damasceno e a Auditora-Fiscal do Trabalho Marinalva Cardoso Dantas, do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente (Foca-RN), participaram da IV reunião extraordinária do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), na modalidade virtual, no período da tarde, nesta terça-feira, 5 de setembro. Na pauta, deliberação e aprovação do novo regimento do FNPETI.

[Inspeção do Trabalho explica atuação e apresenta demandas a representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/09/2023

Os Auditores-Fiscais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo Sérgio Aoki e Giuliana Cassiano conversaram, no dia 28 de agosto, com representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (Crai Oriana Jara) da Prefeitura de São Paulo, sobre a apuração dos casos de trabalho análogo à escravidão em contexto urbano naquele estado.

Outras Notícias

[Rescisão antecipada de contrato de experiência não gera direito à indenização](#)

Consultor Jurídico - 08/09/2023

A discussão em torno de indenização por dano moral por conta de rescisão antecipada de contrato de trabalho de experiência se dá em âmbito político, sem que haja posituação de alguma legislação nesse sentido no ordenamento jurídico brasileiro. Sob esse argumento, a 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) negou a existência de dano moral no caso de empregado que foi dispensado durante o contrato de experiência.

[Inconsistências do STF em torno da contribuição assistencial aos sindicatos](#)

Consultor Jurídico - 08/09/2023

A imprensa tem noticiado com insistência sobre o retorno da contribuição sindical, tornada facultativa pela Lei nº 13.467/17. O momento político é fértil para a discussão e os dirigentes sindicais habilmente dele se aproveitam. A discussão que se trava em torno da possibilidade ou não de que a assembleia de trabalhadores decida sobre o desconto da contribuição assistencial nos salários dos empregados está muito longe de atender aos princípios constitucionais e democráticos que envolvem o tema e acaba por ofender o direito ao exercício da liberdade sindical.

[Cessão de empregado é temporária, e empresa pode encerrá-la mesmo após 20 anos](#)

Consultor Jurídico - 07/09/2023

O empregador pode encerrar a cessão de empregado a qualquer tempo, por ato unilateral. Assim, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que um enge-

nheiro não pode permanecer no Rio de Janeiro após ter sido cedido por 20 anos pela Companhia Energética de Rondônia (Ceron) à Eletrobras.

[Questões trabalhistas no fornecimento de refeições a empregados](#)

Consultor Jurídico - 07/09/2023

Este artigo tem como objetivo trazer parâmetros jurídicos acerca da viabilidade da implementação de uma cozinha no refeitório das empresas, destinada a prover refeições aos funcionários. Neste contexto, é essencial salientar que a instalação de uma cozinha no ambiente empresarial implica em questões regulatórias e normativas, as quais devem ser devidamente consideradas e cumpridas a fim de assegurar a conformidade com a legislação.

[STF x JT na relação de emprego em outras modalidades contratuais](#)

Consultor Jurídico - 06/09/2023

Temos observado, ultimamente, diversas decisões proferidas em Reclamações Constitucionais perante o Supremo Tribunal Federal, que têm como efeito cassar decisões da Justiça do Trabalho que reconhecem vínculo de emprego em relações formalmente estabelecidas sob outra modalidade. De fato, já é reconhecido um certo descompasso entre ministros do Supremo e a Justiça do Trabalho, inclusive, acusada, esta, pelo ministro Gilmar Mendes, em sede da ADP 324, de colocar “sérios entraves a opções políticas chanceladas pelo Executivo e pelo Legislativo”. Afirmou também, o ministro, que “a engenharia social que a Justiça do Trabalho tem pretendido realizar não passa de uma tentativa inócua de frustrar a evolução dos meios de produção, os quais têm sido acompanhados por evoluções legislativas nessa matéria”.

[Interlocutor pode gravar conversa de forma clandestina para comprovar fatos](#)

Consultor Jurídico - 05/09/2023

A gravação feita por um dos interlocutores para comprovar um fato de seu interesse não afronta o devido processo legal. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho validou uma gravação clandestina apresentada por um motorista de caminhão para demonstrar que recebia valores “por fora” de uma empresa de transportes. Na ação, o motorista disse que recebia comissões mensais, mas a empresa lançava tais valores nos contracheques como pernoites ou alimentação. Ele pediu a integração dessas parcelas ao seu salário.

[Contribuição assistencial, “monodialogo” do STF e desconto no salário](#)

Consultor Jurídico - 05/09/2023

Sentado à mesa, penso ter percebido uma nova categoria de discurso, entre o monólogo e o diálogo. Trata-se da condição de debater sem se importar com a opinião alheia, colocar sob a capa da conversação a simples exposição do seu próprio pensamento. O monodialogo pode ser exercitado por um dos convivas, mas fica ainda mais interessante quando vários o praticam simultaneamente. São efusões de opiniões, afirmações e, por fim, conclusões que reafirmam as próprias convicções, pouco importando os destinatários.

[STF não vai ‘atravessar’ Legislativo ao decidir sobre taxa de correção do FGTS](#)

Consultor Jurídico - 05/09/2023

A ação direta de inconstitucionalidade que questiona o critério de correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) já pode voltar a ser julgada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Na última quinta-feira (31/8), o ministro Kassio Nunes Marques devolveu os autos, após ter [pedido vista](#) em abril. O partido Solidariedade pede a invalidação da Taxa Referencial (TR), atualmente usada, cujo rendimento é próximo de zero.

[Banheiro restrito: Trabalhador chamado de “mijão” será indenizado](#)

Migalhas - 09/09/2023

Vigilante chamado de “mijão” por colegas após urinar na roupa por ser proibido de ir ao banheiro durante o trabalho será indenizado em R\$ 12.500. Decisão é da juíza de Trabalho substituta Claudia Tejada Costa, da 17ª vara de São Paulo/SP, ao constatar, por meio das provas, que o episódio foi constrangedor.

[Família de empregado vítima do amianto será indenizada em meio milhão](#)

Migalhas - 08/09/2023

Usina deverá indenizar em mais de meio milhão de reais herdeiros de trabalhador falecido após ser acometido por câncer de nasofaringe. O nexo causal entre a doença e o ambiente de trabalho foi reconhecido pelo TST, que determinou o retorno dos autos à origem para arbitramento do valor da indenização.

[Ex-trabalhador que utilizou plano por 17 anos tem justa causa validada](#)

Migalhas - 06/09/2023

Juíza do Trabalho Isabela Parelli Haddad Flaitt, da 2ª vara de São Caetano do Sul/SP, confirmou a justa causa aplicada a empregado que permaneceu durante 17 anos sem trabalhar e sem comunicar à empresa que havia convertido o auxílio-doença acidentário em aposentadoria por tempo de contribuição. Para a magistrada, houve abandono de emprego “com o claro propósito de ver mantido o plano de saúde fornecido pela empregadora”, o que só é devido durante a vigência do contrato.

[Entidades pedem nomeação de mulher vinculada ao Trabalho para STF](#)

Migalhas - 06/09/2023

A Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, juntamente com a Abrat - Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e a ANPT - Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho, elaboraram documento direcionado ao presidente Lula em apoio à nomeação de uma mulher vinculada ao Direito do Trabalho para o STF, na vaga que resultará da aposentadoria da ministra Rosa Weber.

[Lula aprova parecer da AGU que fixa demissão em caso de assédio sexual](#)

Migalhas - 05/09/2023

Casos de assédio sexual deverão ser punidos com demissão em toda a Administração Pública Federal. Esse é o entendimento do parecer vinculante da AGU que foi assinado na última segunda-feira, 4, pelo presidente Lula e pelo advogado-geral da União, Jorge Messias. Por ter a aprovação do presidente da República, o caráter vinculante do parecer se estende a todos os órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta.

[Escritório é condenado por sugerir que Latam descumpra lei trabalhista](#)

Migalhas - 04/09/2023

A 1ª câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ/SP manteve condenação de es-

critério de advocacia que promoveu campanha em suas redes sociais associando a Latam como empresa que descumpra legislação trabalhista. Segundo o colegiado, as postagens visaram prejudicar o conceito da empresa aérea.

[Com base em controle da convencionalidade, TRT-9 afasta artigos da CLT](#)

Migalhas - 04/09/2023

A 4ª turma do TRT da 9ª região, ao analisar recurso ordinário em ação movida por um trabalhador em face de sua ex-empregadora, uma cooperativa agroindustrial, decidiu aplicar o controle de convencionalidade e declarou que a aplicação do §3º do art. 8º e do §2º do art. 611-A da CLT, assim como das normas convencionais em discussão, feriram normas internacionais relativas a Direitos Humanos.

[Processo da revisão do FGTS está pronto para ser pautado no STF](#)

Migalhas - 04/09/2023

Ministro Nunes Marques devolveu a vista e está pronto para ser pautado processo em que o STF analisa a constitucionalidade de dispositivos que impõem a correção dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS pela TR - Taxa Referencial. O julgamento foi iniciado em abril, quando o ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso, votou no sentido de que a remuneração do FGTS não pode ser inferior à da caderneta de poupança. Na ocasião, o ministro André Mendonça seguiu o entendimento. Em seguida, pediu vista o ministro Nunes Marques, a qual foi agora devolvida.

[Mulheres na obra: igualdade, inovação e empregabilidade caminham lado a lado](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 06/09/2023

O setor da construção é um dos que mais emprega no Brasil, sendo responsável por 6% do total de trabalhadores formais no país. A presença e atuação das mulheres vem impactando positivamente o mercado de trabalho. Em função disso, a editoria Elas Constroem, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), apresenta à comunidade da construção um importante projeto de empoderamento feminino, inclusão e competência da mulher no mercado da construção, que vem sendo desenvolvido no Sul do Rio de Janeiro: o Mulheres na obra, de iniciativa do Grupo ConstruTech.

[Seconci-SP alerta sobre riscos da saúde bucal de pacientes diabéticos](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/09/2023

A atenção à saúde bucal deve fazer parte da rotina de cuidados de todas as pessoas e, em especial, daquelas que têm diabetes, alerta o dentista Antonio Luiz Bianco, do Serviço Social da Construção do Estado de São Paulo (Seconci-SP). Ele explica que a doença, ao elevar os níveis de glicose no sangue, favorece a proliferação de bactérias na região bucal e sujeita os pacientes à diminuição da produção de saliva. Causa halitose, boca seca e dor, formando um quadro que pode evoluir para úlceras bucais, infecções gengivais e cárie.

[Comissão de Relações Trabalhistas da CBIC aponta importância de capacitação](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/09/2023

Novo presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Ricardo Michelin, conduziu, nesta terça-feira (5), sua primeira reunião à frente da comissão. Seguindo os pilares definidos no planejamento estratégico da CBIC, Michelin destacou durante o encontro um novo olhar para o desenvolvimento dos trabalhos. “A comissão tem um papel fundamental na imagem do setor, queremos reforçar esse cuidado para que nossa voz tenha cada vez mais força junto ao poder público”, apontou.

[Estudo aponta melhora dos indicadores de doenças do trabalho na indústria da construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 04/09/2023

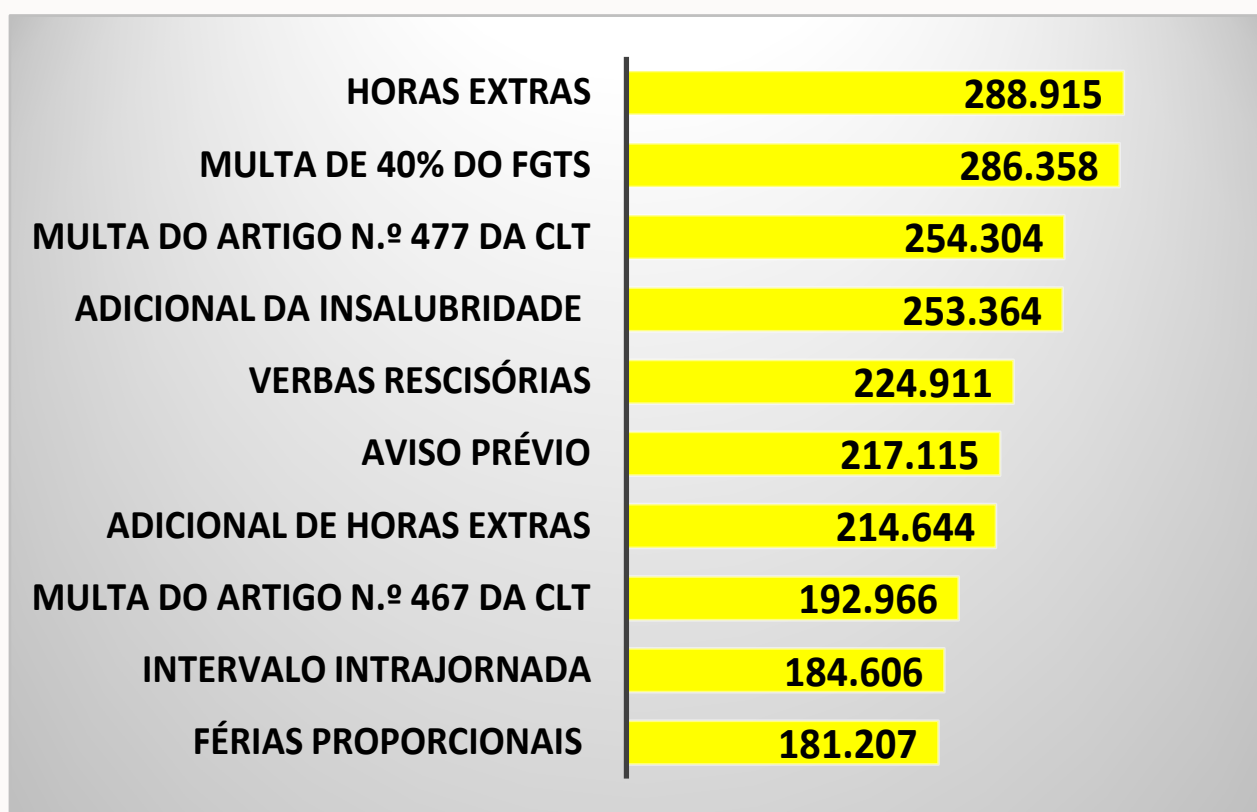
Levantamento atualizado de dados históricos de acidentes de trabalho na indústria da construção no Brasil mostrou o comportamento do setor sobre o número de incidências de doenças e acidentes entre 2010 e 2022. De acordo com o ranking do estudo, comparando dez atividades econômicas, a construção apresentou melhoria contínua dos seus indicadores.

Atos Normativos

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.149, DE 31 DE JULHO DE 2023](#) (DOU de 06/09/2023 Seção I Pág. 107) Altera o Livro VIII das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina os procedimentos e rotinas de revisão no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria Dirben/INSS nº 997, de 28 de março de 2022;

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho de janeiro a julho de 2023 (quantidade de processos):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula